Entrevistas

Isabel Freire

ALINE FLOR*

Isabel Freire nasce em Évora, em 1971. Licenciada em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa, cedo percebe que o jornalismo é a sua vocação. Estuda no Cenjor – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, estagia na secção de Política do jornal *Público* e inicia assim

DOI: https://doi.org/10.34619/mjtu-tsjf
ORCID: 0000-0003-0454-0349
* Jornalista no jornal *Público*.
aline.r.flor@gmail.com

uma carreira de cerca de 12 anos a escrever para a imprensa. Trabalha como colaboradora em publicações como *Visão*, *Expresso* e *Diário de Notícias*.

Em 2005, uma reportagem para a revista *Grande Reportagem* sobre "quartos escuros" [1] dá o mote a um convite para fazer o que a Nancy Friday (1973) fez nos Estados Unidos na década de 1970: tentar perceber qual era o imaginário erótico das mulheres portuguesas. Ao livro *Fantasias Eróticas: Segredos das Mulheres Portuguesas* (2007), segue-se *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* (2010).

Em seguida, Isabel Freire mergulha no doutoramento em Sociologia, concluído em 2016 com a defesa da tese *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)* (A. I. M. Freire, 2016), que dá origem ao livro *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos* (2020). Entre 2019 e 2022, foi investigadora auxiliar do ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, dedicando-se ao projecto *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*, coordenado pela historiadora Anne Cova, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É membro das Faces de Eva.

É entre o fervilhar pioneiro das primeiras feministas portuguesas, a explosão revolucionária do 25 de Abril e as marcas desses tempos ainda visíveis no presente que aqui se reflecte sobre os discursos sobre as sexualidades ao longo do último século em Portugal.

No seu livro Amor e Sexo no Tempo de Salazar *(2010), faz um mergulho no período do Estado Novo para compreender o contexto em que as pessoas criam os "limites" com que olham para ou com que vivem a sua sexualidade. Ao olhar para a história, que respostas é que encontrou às perguntas que tinha inicialmente, quando escreveu o livro* Fantasias Eróticas: Segredos das Mulheres Portuguesas *(2007)?*

Compreendi como as coisas se relacionam, como as mesmas questões e os mesmos problemas são re-equacionados, seja no início do século, na 1.ª República, no Estado Novo, na Revolução dos Cravos. E revejo esses problemas nos nossos dias. Nos anos 1980, quando era adolescente, pensava: se nós tivemos uma revolução, por que é que a sociedade portuguesa (aquela que eu conhecia) mantinha visões tão conservadoras em relação a

1. Locais de encontros sexuais em grupo, procurados por homens que têm relações com homens.

certos assuntos? Nessa altura já tinham passado 10 anos sobre a revolução... 10 anos é imenso tempo na cabeça de uma adolescente. Por que é que as 'coisas' (relacionadas com a sexualidade) ainda estavam num ponto em que eu pensava que estariam se não tivesse havido uma revolução? As questões nunca estão fechadas.

Temos tendência a pensar nas coisas de forma linear, mas no livro fala em permanências e mudanças, que podem coexistir. A sociedade tem várias velocidades, a vários níveis. É uma forma interessante de pensar sobre como as mentalidades mudam.

No livro *Fantasias Eróticas*, as mulheres cujas biografias recolhi dão-se conta de que a sexualidade ainda não era um assunto fácil para elas, e que, se calhar, desconheciam mais do que pensavam que conheciam. Compreendi melhor estas questões agora que olhei para a primeira metade do século XX, sobretudo a 1.ª República, ao estudar associações de mulheres. No início do século, nos anos 1920, algumas feministas falam sobre as questões da sexualidade em congressos que se realizam em Portugal.

Estamos agora na época dos centenários desses congressos.

Sim. Nos anos 1920 foram realizados em Portugal dois congressos feministas e dois congressos abolicionistas, ou seja, contra a regulamentação da prostituição. É curioso que estas mulheres feministas, nestes discursos, comecem por dizer que a sexualidade é um assunto delicado para ser falado por senhoras. Reconhecem que há uma enorme dificuldade, que é necessária uma enorme coragem para abordar o tema. Nos anos 1970, no *Expresso*, numa entrevista de Helena Vaz da Silva a Maria Belo e Maria João Avillez, pergunta-se sobre a importância de falar sobre virgindade em particular, e sobre sexualidade. A Maria Belo defende que é tão importante falar sobre virgindade quanto sobre paridade no executivo. Que a sexualidade não é um assunto menor. Nesse artigo também se diz que, embora nos custasse então ainda falar sobre o assunto, precisávamos de dar nome às coisas. Precisávamos de falar sobre elas, sobre as questões da sexualidade.

Cinquenta anos depois, a mesma dificuldade.

Sim, nos anos 1970 estas mulheres parecem estar a pedir desculpa novamente por estar a falar de um assunto que era complicado nomear, e sublinham a importância de o nomear. E nós, hoje, 50 anos depois do 25 de abril de 1974...

Continuamos nesta batalha das palavras. O que ainda nos falta nomear?

Por exemplo, a educação sexual. Publicam-se livros dizendo que é preciso ensinar as crianças a dar nome às coisas, que precisamos falar de sexualidade com crianças e adolescentes de forma clara, descomplexada. Há uma linha de continuidade com os anos 1920 e os anos 1970. Em 1926, numa revista sobre educação defende-se que os educadores para a sexualidade são os pais (sobretudo a mãe); que essa educação deve começar antes de a criança chegar à escola; que depois na escola deve ser continuada; que se pode usar o exemplo das plantas e dos animais, e que esta educação é muito importante para que a criança não descubra depois, sozinha, e da pior maneira, coisas que deveria já saber. Há um aspecto muito interessante nesse artigo: defende-se que é fundamental dar formação sobre educação sexual, na própria formação dos Professores Primários. Isto foi há 100 anos.

Depois dos anos 1920 essa evolução foi abafada com a instalação do Estado Novo. Depois do 25 de Abril, apesar de tudo, temos caminhado no sentido da conquista de direitos. Em qual dos sentidos acha que estamos a caminhar agora? Devemos dar mais atenção aos sinais negativos?

Conquistámos imensos direitos sexuais e reprodutivos nos últimos 50 anos. Isso é extraordinário. Alguns muito recentemente. Mas nos últimos anos assistimos a uma enorme vontade de fazer recuar algumas conquistas. Os prognósticos, eu diria, são muito reservados. É muito importante continuarmos a defender cada direito conquistado. Além disso, as 'coisas' não mudam por decreto. Há mudanças em termos legais logo após o 25 de Abril e que foram fundamentais, mas isso não implica que o que foi conquistado na lei esteja a ser respeitado, nas vivências pessoais.

Portugal tem leis muitas vezes progressistas, mas a aplicação é muito lenta, tanto no sistema como na tal mudança de mentalidades. Tardamos em atingir todas as velocidades.

Maria Velho da Costa escreve no pós-25 de Abril de 1974 um livro extraordinário (*Cravo)*, que é publicado em 1976. Diz que a revolução que «um dia foi, está sendo» (Costa, 1994/1976, p. 91). Que há uma dimensão de continuidade na revolução. Escreve outra coisa que acho muito curiosa: «Trememos agora porque nos entrou a rua para dentro das casas» (Costa, 1994/1976, p. 39). Faz-me pensar que, de facto, algumas mulheres – e estou a pensar em mulheres porque foram elas que durante os últimos 100 anos foram particularmente lesadas nos seus direitos políticos sexuais e reprodutivos – encontram no pós-revolução uma oportunidade para falar. Estas mulheres, nomeadamente as três Marias (Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno), as três Antónias, que eram três jornalistas (Maria Antónia Fiadeiro, Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa) e muitas outras que estavam noutras dimensões, na política e não só, fazem uma tentativa de trazer essa dimensão privada para as ruas, em particular pelo jornalismo. Quando olho para estes 100 anos vejo a importância de trazer essa palavra para a imprensa, muitas vezes por mulheres jornalistas, outras que eram escritoras, activistas, algumas delas muito vanguardistas.

Voltamos à questão da importância de criar palavras.

De pôr as palavras na rua. Influenciar a agenda política. Influenciar as outras agendas. Mas eu não sei se a rua entrou em todas as casas, e isso é uma reflexão que podemos fazer, olhando um pouco para os nossos percursos e para os nossos contextos familiares. Perceber de que forma é que essa rua (essa reivindicação política da sexualidade) entrou dentro das nossas casas.

Como é que, no âmbito do doutoramento, chegou à decisão de analisar a imprensa, que no fundo é uma espécie de construção em cima de construção?

Por um lado, nunca deixei de me sentir jornalista, e a experiência como jornalista é facilitadora na análise da imprensa. Depois, já tinha ficado muito impressionada com as leituras que tinha feito da imprensa no

Estado Novo e tinha percebido como era altamente interessante olhar para aqueles discursos, alguns deles muito codificados. A censura impede que se fale das questões da sexualidade, mas ela está nas entrelinhas. Fui apercebendo-me, mais na imprensa feminina, dessa riqueza e da importância que esses discursos tiveram na socialização e na educação das pessoas. Em seguida perguntei-me: o que é que aconteceu quando o Estado Novo terminou? Achei que também fazia sentido agarrar na imprensa porque não havia grandes estudos sobre a sexualidade neste período, e a imprensa permitia fazer pelo menos um levantamento.

Acabou por analisar quatro publicações: a Modas e Bordados*, que era um suplemento do jornal* O Século*, o* Diário de Lisboa*, a* Crónica Feminina *e o jornal* Expresso*, que surgiu em 1973. São publicações muito diversas, tanto em termos de perfil das leitoras como do modo como codificam estes assuntos, de forma mais progressista ou mais conservadora.*

A revista *Modas e Bordados*, que apesar do nome era uma revista pró-feminismo, é um caso absolutamente extraordinário. É um exemplo de vanguarda em termos jornalísticos. Aquela redacção estava muito empenhada em fazer as suas leitoras pensarem, discutirem, numa lógica muito aberta, muito pouco dogmática. Embora a revista fosse assumidamente liberal, dava espaço às visões mais conservadoras das leitoras. Encontrei artigos incríveis, investigações muito boas, muito bem escritas, sobre temas importantíssimos, e com tomadas de posição políticas. Fala-se de aborto, fala-se constantemente de contracepção, fala-se de feminismo, nomeadamente da primeira vaga das feministas portuguesas. Não sei quantas pessoas saberão hoje que tivemos várias organizações feministas na primeira metade do século, com mulheres altamente engajadas em compreender as tendências internacionais, a corresponderem-se, a irem a congressos noutras partes do mundo, a unirem-se com outras feministas… A *Modas e Bordados* está atenta a esse passado, divulga-o (mesmo antes do 25 de Abril), está atenta aos movimentos para a descriminalização do aborto em França, em Itália, à criação de organizações feministas nos Estados Unidos… fala sobre problemas sexuais, concretamente sobre vaginismo em meados dos anos 1970. E faz capas sobre a masturbação feminina.

Também fala sobre o parto, e no livro refere cartas das leitoras a queixarem-se de que a imagem de uma dessas reportagens é pornográfica. A questão do corpo da mulher é sempre tabu.

Essa é uma questão muito importante. A *Modas e Bordados* publica artigos sobre o chamado parto sem dor, com fotografias que documentam o momento de expulsão. Esse movimento quer dar não só a palavra, mas também a imagem, e não nos podemos esquecer que, com o 25 de Abril e o fim da censura, entram em Portugal filmes e livros sobre sexualidade. Os órgãos genitais tinham sido apagados com uma borracha, literalmente, dos manuais escolares. Tinha sido banida não só a palavra mas também a imagem. No após-revolução, na *Modas e Bordados* há uma explosão dessa imagem. Também no programa *Nome Mulher* (da autoria de Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, exibido na Rádio Televisão Portuguesa) sobre aborto, que gera uma enorme celeuma, e vai conduzir a um processo em tribunal. A Maria Antónia Palla é acusada de incitamento ao crime porque faz uma defesa da descriminalização do aborto em Portugal. Nessa reportagem é mostrada uma técnica abortiva por aspiração. Vemos as pernas de uma mulher em posição de observação ginecológica, de pernas abertas, vislumbram-se um pouco os pêlos púbicos, e todo o processo de um aborto a ser realizado. No fundo, sublinha-se a ideia de que agora precisamos de dizer, de saber, de falar. Isto implica uma grande coragem. Voltando mais uma vez à Maria Velho da Costa, a escritora fala numa «lição do escândalo a consentir» que aprendeu nos bancos da escola portuguesa (Costa, 1994/1976, p. 24). No pós-25 de Abril percebemos que há alguns assuntos que se mantêm escândalos não consentidos. Eu diria que, entre esses assuntos que são considerados demasiadamente escandalosos (não consentidos) estão as reivindicações feministas. Exemplo disso é a contra-manifestação que vem opor-se à famosa manifestação feminista do Parque Eduardo VII, em janeiro de 1975. Há uma tentativa de mostrar que aquilo - que as feministas reivindicam - ainda é escandaloso. Aliás, há cartazes dos contra-manifestantes que dizem "isto é ridículo". No fundo, a uma manifestação que se calhar tinha umas 100 pessoas, opõe-se uma contra-manifestação com quatro ou cinco mil pessoas. As feministas vêm equacionar direitos, vêm falar do Código Civil, que tinha ainda coisas tão completamente intoleráveis às mulheres, como a obrigação da virgindade na noite de núpcias, vêm falar da questão

desigual das tarefas domésticas e de uma visão da sexualidade promovida pela pornografia. São vistas como escandalosas estas exigências feministas. Mas há outras que são também escandalosas à época: as reivindicações de direitos homossexuais.

No livro lê-se sobre quando o General Galvão de Melo vai para a televisão dizer que a revolução não se fez pelos direitos dos homossexuais, nem pelos direitos das prostitutas. Também foi aí que se encontraram barreiras, resistências?

O *Manifesto Homossexual*, publicado 15 dias depois do 25 de Abril, dá vivas à homossexualidade e vivas à revolução. Reivindica a vivência livre da homossexualidade, e também que estas questões fossem abordadas nas escolas no quadro de uma educação sexual geral. O manifesto é muito interessante, mas é entendido como imoral. Ainda vai ser necessária uma longa espera pela descriminalização da homossexualidade, que só acontece nos anos 1980 em Portugal.

Na imprensa também houve um debate muito interessante sobre pornografia, quando Portugal começa a receber, depois do 25 de Abril, uma onda de filmes considerados chocantes e o Expresso *lança um questionário a personalidades.*

A questão da pornografia e do erotismo é um assunto muito pensado no pós-25 de Abril. Esta questão é pensada também do ponto de vista da forma como a sexualidade feminina é explorada nestes filmes. O *Expresso* faz um inquérito, motivado por queixas de cineclubes que consideram que já não havia espaço para bom cinema por causa de uma invasão de filmes por esta indústria. Envia o inquérito com quatro ou cinco perguntas a algumas pessoas. O Mário Cesariny é uma das que respondem a lembrar que muitos destes filmes não são pornográficos, são filmes onde a questão da sexualidade é tratada, e que pornografia é outra coisa. Outras pessoas reflectem sobre o tema e também há visões a defender que é preciso censurar. Acabávamos de sair de um regime com censura e íamos agora reabilitar a censura para evitar que a pornografia contaminasse o momento que estávamos a viver? Pensa-se neste interessante debate se a pornografia podia afinal ter um lado bom, se podia ser educativa, ou se ela era apenas a exploração da repressão sexual anterior. Uma das figuras que responde, o Fernando Ribeiro de Mello,

criador de uma editora vanguardista nos anos 1960 [Edições Afrodite], diz que a discussão não faz sentido e que uma sociedade que quer reabilitar a censura é uma sociedade contra-revolucionária. Defende também que a sociedade portuguesa não vai deixar de ser contra-revolucionária enquanto não deixar de ser machista e homofóbica. Portanto, aqui e ali, alguns dos interditos de que já falámos vão sendo equacionados. Quando olhamos para o *Expresso* nos anos de 1974, 1975, os rodapés estão cheios de anúncios a filmes onde a sexualidade está presente, seja na imagem, no título ou no *slogan*. E é muito curioso que os mesmos adjectivos que são usados nestes *slogans* publicitários que convencem então as pessoas a ir ao cinema, são também os adjectivos (por exemplo, luxuriante) que eram usados pela própria censura no Estado Novo para argumentar a proibição de livros.

Feminismo ainda é uma palavra proibida? Há 100 anos as feministas eram ridicularizadas e passavam mais tempo a falar sobre o que não eram. Nos anos 1970, como é que estávamos?

As feministas sofrem esse estigma. Hoje em dia ainda há muitas pessoas que são obrigadas a explicar o que o feminismo não é. O feminismo não é uma tentativa de tomada do poder por parte das mulheres. O feminismo é uma proposta de igualdade do ponto de vista de género. Pessoalmente, acho que é uma proposta de igualdade e diversidade do ponto de vista dos géneros. Não há um feminismo, há muitas visões dos feminismos, e isso também é um aspecto que às vezes é esquecido. A história do feminismo é uma história dos feminismos.

A dificuldade de afirmar o feminismo, ou os feminismos, era tão grande que não havia espaço para visibilizar a sua diversidade?

Muitas destas mulheres tinham diferendos. Tinham perspectivas distintas, tomaram posições opostas. Chatearam-se. Separaram-se. Opuseram-se. E isso faz parte também da vida política, desse percurso. As feministas da primeira vaga falavam muito na marcha, numa marcha feminista. Com mais ou menos silêncio, com mais ou menos visibilidade, essa marcha continua e com muitas diferenças. Continua a fazer sentido, porque os problemas não foram resolvidos. Aqui e no resto do mundo. Voltando à Maria Velho da

Costa, ela escreve no *Cravo*, em 1976: «Nada mudou, tudo mudou» (Costa, 1994/1976, p. 89). Esta é uma boa frase para manter na cabeça. Tudo mudou, mas, como vemos constantemente, diariamente, em reacções, discursos e posições, nalguns casos parece que nada mudou. Ou que se espera que nada tenha mudado. Essa visão e essa atenção é importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa, M. V. (1994). *O cravo [The carnation]*. Publicações Dom Quixote. (Original work published 1976).

Freire, A. I. (2020). Sexualidades, media, e revolução dos cravos *[Sexualities, media and the carnation revolution]*. Imprensa de Ciências Sociais. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44384

Freire, A. I. M. (2016). *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978) [Affective and sexual intimacy in the Portuguese press (1968-1978)]*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

Freire, I. (2007). *Fantasias eróticas: Segredos das mulheres portuguesas [Erotic fantasies: secrets of Portuguese women]*. Esfera dos Livros.

Freire, I. (2010). *Amor e sexo no tempo de Salazar [Love and sex in Salazar's time]*. A esfera dos livros.

Friday, N. (1973). *My secret garden: Women's sexual fantasies*. Rosetta Books.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 14/04/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC--BY-NC)